

As verdadeiras intenções por detrás do Sínodo

FratresInUnum.com – O objetivo da presente análise é apresentar ao leitor uma chave de leitura adequada para que possa compreender o significado do atual *Sínodo sobre a sinodalidade*, transcendendo o nível das superficialidades institucionalistas, por detrás das quais se escondem as verdadeiras intencionalidades.

Uma palestra importante

No último dia 14 de outubro, [a Diocese de Palmas-Francisco Beltrão promoveu uma noite de formação com todos os seus agentes de pastoral](#), sobre o Sínodo dos bispos. O convidado foi o Pe. Agenor Brighenti, conhecido teólogo ultra-progressista e adepto declarado da teologia da libertação.

Ele é uma importante referência, acima de qualquer suspeita de direitismo ou conservadorismo, e também goza do benefício da oficialidade, já que recentemente foi nomeado como [membro da Comissão Teológica](#) do sínodo e, portanto, não pode ser acusado de “estar por fora”.

A palestra de Brighenti é a melhor exposição que encontramos até agora das pretensões do Sínodo dos Bispos sobre a sinodalidade. Vamos resumir as suas ideias principais.

Do “Sínodo dos Bispos” para uma “Igreja Sinodal”

Brighenti começa dizendo que o pontificado do Papa Francisco está fazendo a passagem do Sínodo dos Bispos para uma Igreja Sinodal, a qual já se teria iniciado no Vaticano II, com a eclesiologia do Povo de Deus, mas que ficou estagnada por causa de “alguns grupos”.

A Igreja do primeiro milênio teria sido inteiramente sinodal e, no segundo milênio, passou a ser hierárquica. A sinodalidade estaria fundada sobre dois pilares.

O primeiro pilar é a mudança do binômio “clero-leigos” para o binômio “comunidade-ministérios”: a Igreja hierárquica está dividida em duas classes, a Igreja docente (o clero) e a Igreja discente (o povo); em dois polos, um polo ativo (clero) e um polo passivo (o povo). O polo ativo seria aquele que “detém o poder” (essa expressão é muito importante, embora dita *en passant*). A Igreja Sinodal é uma Igreja inteiramente ministerial, em que todos participam do governo e do ensino.

O segundo pilar seria a doutrina conciliar de que a Igreja universal subsiste em cada Igreja local; portanto, cada diocese seria a Igreja inteira. Segundo ele, antes do Vaticano II, dizia-se que cada diocese é uma parte (daí o título de igreja particular) dessa Igreja universal presidida pelo Papa. Agora, Francisco estaria restaurando a eclesialidade do Vaticano II: a Igreja Sinodal é a comunhão das dioceses; mas uma diocese não é o seu bispo, mas o bispo com o seu povo, ou seja, o Sínodo vai colocar o bispo no seio do Povo de Deus e o papa no seio do colégio dos bispos. Por isso, Francisco estaria desmontando a figura do papa imperial (inclusive, segundo Brighenti, no Sínodo da Amazônia Francisco fez questão de votar

junto com os demais, para mostrar que o voto dele é um entre os outros, tem o mesmo peso). O “processo de escuta” é a realização de um movimento que pretende que a Igreja seja governada das Dioceses para Roma (e não o contrário).

Este processo, segundo Brighenti, precisa acontecer tanto no âmbito eclesial quanto no “âmbito da Igreja para o mundo”, o que implica uma aproximação com os movimentos sociais.

“Igreja, carisma e poder”

Embora apresentado com uma linguagem mais tênue, o processo brilhantemente exposto por Brighenti não é senão a realização daquela eclesiologia do livro de Leonardo Boff, “Igreja, carisma e poder”, censurado pela Congregação para a Doutrina da Fé no ano de 1985.

A tese central do livro de Boff é a transposição, para o âmbito eclesiológico, da mesma concepção marxista da luta de classes: assim como, para Marx, a burguesia tomou posse dos meios de produção para a opressão do proletariado; para Boff, o clero tomou posse dos meios de produção simbólica (o ministério da palavra e dos sacramentos) para a opressão do laicato.

“Na Igreja os membros que detêm os meios de produção religiosa, que é simbólica, detêm também o poder e criam e controlam o discurso oficial. Sociologicamente considerando, na Igreja vigora uma inegável divisão e desigualdade: um grupo produz o material simbólico e outro apenas o consome; há o ordenado que pode produzir, celebrar e decidir e o não-ordenado que assiste e se associa. Toda a capacidade de produzir e de decisoriamente participar dos excluídos deixa de ser aproveitada.

O grupo detentor dos meios de produção simbólica elabora sua correspondente teologia, que vem justificar, reforçar e socializar seu poder, atribuindo origem divina à forma histórica de seu exercício. Daí é que a maneira centralizada, monárquica, excludente de seu funcionamento, a concepção doutrinária da revelação e da salvação são tidas como intocáveis e irreformáveis porque queridas (nesta concreta forma) por Deus” (Leonardo BOFF, *Igreja, carisma e poder. Ensaios de eclesiologia militante*, Editora Ática, São Paulo: 1995, p. 82).

A coincidência entre a tese central de “*Igreja, carisma e poder*” com a revolução eclesiológica em curso neste Sínodo dos Bispos mostra que há algo mais profundo em jogo: a implementação da completa ruptura com a tradição anterior ao Concílio Vaticano II

A hermenêutica da ruptura e a ruptura institucional

Bento XVI, em seu célebre [discurso de 22 de dezembro de 2005](#), plasmou definitivamente a tensão existente na Igreja do pós-Concílio explicando-a a partir de dois modos de recepção, de duas hermenêuticas, definidas por ele como “hermenêutica da descontinuidade e da ruptura” e “hermenêutica da reforma na continuidade”. Essa forjatura conceitual não é isenta de problemas, [como bem assinalou o Padre Gleize](#), da FSSPX; contudo, não deixa de representar algo da realidade.

O problema é entendermos até que ponto a ruptura está sendo redimensionada no pontificado atual.

Em outras palavras, até aqui, a hegemonia dos modernistas e hereges sobre a Igreja era apenas de natureza intelectual, teológica;

em certo sentido, eles conseguiram inverter o quadro apresentado por Boff e tomar o controle dos meios de produção intelectual.

Todavia, essa inversão já não era mais suficiente para que a revolução avançasse. Dizendo-o de outro modo, os modernistas perceberam que não basta a hegemonia teológica nem tampouco a tomada do poder eclesiástico e do próprio papado; é preciso institucionalizar a ruptura mediante uma inversão sociológica, emborcar a pirâmide, para usar uma expressão à qual aludiu Brighenti em sua palestra.

Os teólogos da libertação, treinados no mais rigoroso marxismo, perceberam que há uma barreira política intransponível para o avanço da ruptura: a própria constituição divina da Igreja, que é essencialmente apostólica (o que implica logicamente a existência de duas classes: uma docente, a apostólica; e outra discente, o povo fiel), e agora pretendem adulterá-la num atentado sem precedentes. Eles pretendem trocar a “Igreja Apostólica” por uma nova religião, a “Igreja Sinodal”. Trata-se da fundação de uma nova denominação, mas de modo menos perceptível.

O núcleo do erro sinodal: uma sociologia político-eclesiológica à margem da fé

Na exposição de Brighenti, qualquer um pode facilmente perceber que não há nenhuma incidência da fé (aliás, nem mesmo de Deus, Nosso Senhor Jesus Cristo, cujo nome não é mencionado sequer uma vez); em outros termos, a Igreja é entendida apenas como uma sociedade historicamente organizada e que precisaria ser reformada institucionalmente para inserir-se melhor na sociedade. A teologia, se entrasse aqui, entraria apenas como um verniz

legitimizador (neste sentido, é impressionante como os teólogos da libertação sempre incidem nos mesmos erros de que acusam os outros).

Ora, sem o elemento arquetetônico da fé, não se percebe a razão de ser pela qual Cristo fundou a Igreja com esta constituição divina, edificada sobre a monarquia do romano pontífice, a aristocracia dos bispos e a democracia que concede a todos os fieis a mesma dignidade, pelo santo batismo.

O próprio Papa Paulo VI, vendo toda a imensa loucura daquela febre revolucionária do pós-Concílio, [retornou à definição da Igreja dada por São Roberto Belarmino](#), a qual está estruturada sobre o elemento fundante da fé: “a Igreja é uma sociedade jurídica, organizada, visível, perfeita. Recordemos ainda a definição clássica de São Roberto Berlamino: a Igreja ‘é a assembleia dos homens que professam a mesma fé cristã, reunida pela comunhão dos mesmos sacramentos, sob a guia dos legítimos pastores e especialmente do romano pontífice”.

A constituição divina da Igreja está em função da fé

Isso significa que a monarquia do romano pontífice não é um mero fato político, mas é realmente uma necessidade teológica: o seu ofício consiste em conservar a unidade da fé católica, que é o bem mais precioso de todos os bens, já que é o único meio pelo qual nos vinculamos a Jesus Cristo: “Quem nele crê não é condenado, mas quem não crê já está condenado, porque não crê no nome do Filho único de Deus” (Jo 3,18).

Na Epístola aos Efésios, São Paulo nos exorta a conservar a unidade da fé: “Sede solícitos em conservar a unidade do Espírito no vínculo da paz. Sede um só corpo e um só espírito, assim como fostes chamados pela vossa vocação a uma só esperança. Há um só Senhor, uma só fé, um só batismo” (Ef 4,3-5). E mais: ele nos convida a crescermos nela “até que todos tenhamos chegado à unidade da fé e do conhecimento do Filho de Deus” (Ef 4,13).

Há um só papa porque há uma só fé e o seu ofício é justamente o de conservá-la; e, dada a absoluta necessidade de não errarmos quanto à fé, Cristo lhe muniu de um poder supremo, direto, imediato e universal.

Os bispos, por sua vez, não são vigários do papa, mas são pastores próprios em sua diocese, são verdadeiros aristocratas que, suposta a unidade da fé, deveriam estar desarticulados, e isso por dois motivos: porque a sua função é ensinar o seu povo e, por isso, precisam adaptar-se pedagogicamente às necessidades dos fieis, para que a pregação da fé possa chegar em todos os lugares; e também porque é desarticuladamente que a Igreja está fora do alcance dos manipuladores, porque, para alguém dominá-la, precisaria dominar cada diocese (nesse sentido, vemos como as Conferências Episcopais vulnerabilizaram a Igreja e a tornarem facilmente manipulável; ao mesmo tempo em que tiraram autonomia dos bispos, que, perplexos, não conseguem fazer nada porque precisam viver dando satisfações aos organismos supra-diocesanos).

Por fim, cada bispo governa o seu clero local, oriundo de todas as classes, condições ou qualquer tipo de procedência, não se destacando uns sobre os outros senão por meio da das virtudes, da santidade e da sabedoria.

A “Igreja sinodal” está em função de outra concepção de fé.

Como nitidamente se percebe na fala de Brighenti e no teor dos documentos que regem o atual Sínodo, há uma nova concepção da fé que está em jogo: esta não é uma revelação feita por Deus através da humanidade de Nosso Senhor Jesus Cristo e confiada à Igreja apostólica, sendo recepcionada pelo povo; mas é justamente o contrário, nasce do povo e sobe para os ministros da Igreja.

Não é exatamente isso que subjaz à afirmação de Francisco de que o pastor precisa ter o “[cheiro das ovelhas](#)”? E ele vai mais longe e chega a [afirmar](#) que o pastor precisa caminhar à frente do rebanho, no meio do mesmo e “caminhar atrás, tanto para que ninguém permaneça atrás como, sobretudo, para seguir a intuição que o Povo de Deus tem para encontrar novas sendas”.

Essa ideia de que a fé vem do povo procede de um tipo imanentista de teologia, que acredita que Deus está se revelando na própria história, mas, como os marxistas entendem que a história progride por meio da luta de classes, portanto, a verdadeira revelação de Deus é a que toma partido dos oprimidos (num primeiro momento, dos proletários explorados; depois, dos excluídos em geral: homossexuais, mulheres, negros, índios, quilombolas e até a própria natureza exaurida pela exploração capitalista). Neste sentido, a Igreja precisaria estar à escuta dessa revelação que nasce do povo oprimido, pois é aí que Deus está se mostrando e definindo a nossa caminhada.

Abuso do *sensus fidei fidelium*

Para conseguirem completar a ginástica intelectual com sucesso, os teólogos da libertação precisam recorrer ainda a outro expediente: redimensionar a doutrina tradicional do *sensus fidei fidelium* (o senso da fé dos fieis) para torná-lo utilizável nessa nova abordagem da função do magistério.

É doutrina católica que o *sensus universalis Ecclesiae* (sentir universal da Igreja) é fonte da tradição. Em sua obra clássica *De theologiacis loci* (Sobre os lugares teológicos), Melquior Cano explica que o assentimento comum dos fieis à fé não pode falhar, o que se deve ao fato de que, no batismo, todos receberam a virtude teologal da fé e, com ela, uma espécie de instinto, de sentido, acerca da veracidade da doutrina revelada.

Contudo, o *sensus fidei fidelium* inclui a necessidade da Sagrada Escritura e da Tradição como fontes primárias da Revelação, bem como a realidade de que o Magistério foi instituído por Cristo como custódio da pregação apostólica. Recentemente, a Congregação para a Doutrina da fé publicou um [documento](#) sobre o assunto, o que mostra a importância do que estamos dizendo, ainda mais pelos malabarismos que se fazem no texto para assegurar certas bases para que o *sensus fidei* possa abrir espaço para novidades em âmbito moral (cf. n. 73).

No entanto, os teólogos da libertação não conseguem fazer as suas acrobacias simplesmente apelando para o *sensus fidei*, inclusive porque eles não têm apelo popular nenhum – o povo é católico e não se sente nem um pouco inclinado a tais exuberâncias marxistas; se seguissem realmente o *sensus fidei fidelium*, os teólogos

teriam que desertar da teologia da libertação e se converterem à fé católica.

Analogamente ao que os marxistas fizeram com o proletariado, os teólogos da libertação precisam fazê-lo com o povo fiel: quando o partido comunista percebeu que não era possível fazer uma revolução proletária, criou uma ditadura em nome dos proletários. György Lukács, um dos intelectuais da Escola de Frankfurt, já tinha identificado o problema, chegando a reconhecer que o proletariado era uma “classe possível” e que era necessário criar “consciência de classe” no proletariado.

É exatamente este o intento do atual movimento sinodal, e isso em dois sentidos: de dentro para fora, os protagonistas sabem que não representam o povo nem o *sensus fidei*, mas querem criar uma “consciência possível”, pretendem “empoderar o povo” na tentativa de subverter a natureza hierárquica da Igreja; e, de fora para dentro, criam um “povo suplementar”, admitindo no mesmo status todos os revolucionários que estão fora da Igreja (adúlteros, homossexuais e outras minorias identitárias).

É evidente que nenhuma dessas duas movimentações representam verdadeiramente o *sensus fidei*, quer porque não parte dos fiéis, mas é feito em nome e sobre eles; quer porque os demais não são fiéis, mas propriamente *infieis*, usados para perverter a santidade da Igreja. Nada disso é espontâneo nem parte da própria realidade. Trata-se de um movimento de intelectuais que pretende revolucionar a Igreja, colocando-se eles mesmos no poder.

Qual resultado a revolução sinodal produziria na Igreja?

Assim como o movimento comunista e o seu pretenso substituto, o movimento identitário, não causaram o surgimento de uma sociedade igualitária, do mesmo modo essa revolução sinodal não pode causar nenhum dos seus resultados pretendidos e prometidos.

Entretanto, não podemos ser ingênuos como alguns conservadores irresponsáveis e pensar que nada disso vai dar em nada, que está tudo garantido pela Divina Providência, pois, assim como os comunistas não produziram a sociedade igualitária, mas, em nome dela, produziram um mar de sangue e a destruição de populações inteiras, a atual revolução sinodal não irá produzir a tal Igreja Sinodal, mas apenas irá destruir boa parte da Igreja existente, confundirá ainda mais o corpo dos fiéis, causará uma divisão muito mais infernal do que aquela que já existe, tornará a Igreja ingovernável e trará danos que serão revertidos apenas à custa de séculos e séculos de reorganização eclesial.

Os conservadores são muitas vezes vítimas de um dos sintomas do pensamento revolucionário, chamado por Eric Voegelin de “fé metastática”, a crença numa repentina transfiguração de toda a realidade numa ordem paradisíaca. Há muitos deles que acham que tudo é questão de vir um novo papa maravilhoso e que tudo irá se reverter num passe de mágicas, quando nada disso nunca aconteceu em lugar nenhum; sempre a Igreja teve de fazer as contas com os problemas gerados pelos seus filhos e empenhar muitas energias em reverter situações terríveis que poderiam ter sido evitadas.

Os revolucionários sempre acreditam que irão conseguir subverter a realidade porque não creem que exista uma ordem intrínseca ao universo, coisa absurda, mas lamentavelmente crida por eles. Por isso, os comunistas sempre acharam possível fazer a tomada dos meios de produção pelos proletários, e de uma maneira mundial, sem perceberem que tal iniciativa necessariamente supõe a inexistência de uma lei moral natural, que justamente é a razão pela qual toda essa ideologia ladra jamais pôde dar certo em lugar nenhum.

Do mesmo modo, os teólogos da libertação acreditam piamente que a fé é tributária de condicionamentos político-econômicos e que não basta criticá-la nessa base, mas é preciso subverter toda a estrutura da Igreja para que isso seja possível, sem perceberem que, para que funcione essa tática, seria necessário justamente anular o *sensus fidei*, que é justamente isso para o que eles estão apelando em sua sanha revolucionária, e destruir a necessidade do Magistério da Igreja, ao qual o povo fiel institivamente adere porque quer saber qual é a doutrina revelada por Nosso Senhor.

Nada disso pode, efetivamente, dar certo; mas a Igreja será bastante convulsionada de cima a baixo: os dogmas e a moral serão relativizados, a liturgia será bagunçada e a vida espiritual dos fieis será totalmente impedida.

A inutilização da Igreja, por fim relegada à irrelevância

O que os progressistas estão fazendo com a Igreja há pelo menos 60 anos e o que agora estão prestes a fazer é um crime irreparável. Trata-se de uma espécie de *golpe constitucional* que dilapida

a estrutura eclesial a ponto de adulterá-la por completo e inviabilizar a sua natureza.

Nesse sentido, duas coisas são absolutamente evidentes: de um lado, eles já não creem na Igreja e por isso pretendem reelaborá-la através de uma ideologia; de outro, deformando-a desse modo, é certo que eles a tornarão inutilizável para qualquer revolução. Por que, então, não desistem eles de subverter a Igreja?

A resposta à questão não é fácil e, também, não pode ser obtida sem uma penetração mais profunda na psicologia revolucionária e em suas motivações espirituais. No fundo, tendo perdido a fé, eles são movidos unicamente pela culpa que os impele a destruir qualquer resquício daquela catolicidade que lhes denuncia a apostasia. Já não nos estamos movendo aqui mais no campo racional, mas apenas no campo das emoções. Eles não conseguem não odiar o catolicismo verdadeiro.

Depois de décadas de teologia da libertação, o resultado obtido não foi outro senão a total irrelevância eclesial: o episcopado fez a opção pelos pobres e os pobres fizeram a opção pelos evangélicos; o sínodo da Amazônia pretende oferecer uma religião inculturada para os índios, enquanto estes preferem os cultos pentecostais; o sínodo da família quis dar a Comunhão aos recasados, enquanto eles estão apostatando em massa na Alemanha e em todo o mundo desenvolvido; agora, o sínodo pretende oferecer participação para um povo que dá as costas ao clero incrédulo enquanto é abraçado por pastores evangélicos cheios de devoção, ainda que herética. Essa nova igreja que os progressistas querem agora inaugurar é *natimorta*, simplesmente ninguém quer saber dela.

O sínodo já começou fraudulento

A promessa de uma consulta popular, além disso, já está defraudada logo nos primeiros dias deste sínodo. Com efeito, mais de um bispo e diversos padres denunciaram, ainda que discretamente, que a fase paroquial do Sínodo teve apenas algumas semanas de duração, o que denuncia a impossibilidade de uma verdadeira consulta dos fieis.

A propaganda de que se está operando pela primeira vez uma consulta democrática de todos os fieis, além de mentirosa (os sínodos anteriores tiveram uma metodologia parecia), é completamente fraudulenta, visto que é materialmente impossível realizar qualquer participação de massa em tão pouco tempo e, ademais, mesmo que isso fosse possível, seria também materialmente impossível contemplar todas as contribuições de modo cumulativo – milhares e milhares de respostas, muitas contraditórias entre si, não podem ser harmonizadas de modo adequado.

Portanto, o tal processo de escuta é uma mentira. Como tal, serve apenas para respaldar a manipulação posterior, garantida pela hegemonia dos teólogos progressistas. A esquerda sabe como trabalhar com fraude e é especialista em pilotar processos aparentemente democráticos para chegar aos resultados vislumbrados por ela.

Quais as chances de sucesso para os progressistas

Não conseguiremos fazer uma análise realista dos fatos sem percebermos qual é o exato campo de ação das forças envolvidas.

Em relação aos sínodos anteriores, o atual é o mais preocupante, tanto porque o assunto é menos escandaloso, na aparência, que os anteriores (os quais falavam de comunhão sacrílega, de ordenação de mulheres ou homens casados etc.), e, portanto, gera menos oposição do povo; quanto porque o tema é muito mais destrutivo (não é sem razão que todos os progressistas, quase em uníssono, estão dizendo que este evento é quase tão importante quanto o Vaticano II).

Além disso, os progressistas tentam maximizar o seu próprio poder de ação enquanto os conservadores tentam minimizá-lo, e ambos caem frequentemente numa fantasia absurda.

Os progressistas desconsideram os limites impostos pela própria realidade e, por isso, tendem a considerar o sucesso apenas do ponto de vista de sua capacidade de hegemonia e mobilização. Eles se esquecem, por exemplo, que é impossível fazer uma revolução sem quadros e que, como o próprio Agenor Brighenti sustenta no [livro que ele acaba de publicar](#), o clero jovem é muito mais conservador do que o clero de sua geração, o qual está agora deslumbrado com a posse do poder papal.

Fato é que não se fazem mais revolucionários como antigamente. A depauperação intelectual da esquerda católica é absurda, a sua total incapacidade de renovação, escandalosa; da luta real pela emancipação dos pobres, eles passaram para os debates identitários, que os fazem andar alinhados com a mais opulenta elite

capitalista do mundo. Os progressistas estão limitados tanto pela realidade da Igreja quanto pelo seu próprio esfacelamento.

Os conservadores, ao contrário, tendem a minimizar a revolução progressista, a ponto de considerá-la inofensiva, quando, na verdade, de inofensiva ela não tem nada. Os estragos potenciais que podem ser produzidos por esta ofensiva vândala são comparáveis às invasões bárbaras do final da civilização romana. Um reerguimento da Igreja após tão grande prostração institucional pode demorar séculos, além da grande perda intersticial, que é a virtual danação eterna de milhares de almas.

A verdade é que a militância progressista é obstinada enquanto o esnobismo conservador assiste a caotização como se fosse um espetáculo cenográfico. É evidente que a esquerda não obterá o sucesso que imagina (até porque isso é impossível), mas também é certo que, excetuada uma intervenção sobrenatural ou uma eventualidade não previsível, e prosseguindo as coisas como elas estão, teremos algum dano bastante sério à constituição divina da Igreja.

O que se deveria fazer

Diante de tão soberbo perigo, aqueles que têm mais responsabilidade pela Igreja junto ao Santo Padre, os cardeais especialmente, deveriam pôr-se de acordo e tentar impedi-lo de prosseguir com essa revolução, coisa que bem sabemos ser impossível, dadas as circunstâncias atuais.

Infelizmente, existe na Igreja um tal clima de totalitarismo que já não é mais possível discordar e tornou-se inclusive arriscada

a própria neutralidade; quem não aplaude é visto como discordante, ainda que nada mais faça senão não aplaudir. Exige-se a adesão completa, a total subserviência, ainda quando o que se pretende é um atentado contra si mesmo e contra o Corpo Místico de Nosso Senhor.

Precisamos apresentar a Deus muitas orações de petição, por intercessão do Imaculado Coração de Maria, suplicando ao Senhor que tenha a misericórdia de abreviar estes tempos de prova e de purgação para os fieis. Não podemos, sobretudo, perder de vista o quanto a honra divina tem sido ultrajada por tantas afrontas; e precisamos reparar. Há uma necessidade absurda de expiação, de que os doentes e sofredores compreendam o seu papel de intercessores nesses dias.

É urgente, ademais, ter consciência do problema, ao invés de adotar a política do avestruz. Lamentavelmente, existe uma mentalidade bastante difundida de que é preciso acobertar todos os erros das autoridades eclesiásticas, ainda quando sejam atentados contra a fé ou, o que é pior, ainda quando sejam contra a própria constituição divina da Igreja. Se permanecermos inertes, deixaremos o espaço livre para os inimigos de Deus. Temos que entender o que está acontecendo e alertar os desavisados, tanto para que rezem quanto para que façam aquilo que for possível para motivar os pastores a oporem uma onda de resistência a esta contestação, que já não é propriamente contra a pessoa do papa, mas é contra a própria instituição do papado e da Igreja, que está fundada sobre ele.

Desfecho do drama atual

Temos que lutar, precisamos resistir. Todo o exposto nos revela que Deus está permitindo uma verdadeira prova para a nossa fé na instituição divina da Igreja e do papado. Uma tentação corrente é a de sairmos do barco e rompermos com a unidade da nossa religião. Não podemos ceder a tamanha covardia. Os inimigos, além de usurparem a estrutura eclesial, pretendem que todos os fieis lhes deixem inteiramente o espaço para que façam com a Igreja aquilo que alvitram fazer. Nós permaneceremos aqui e seremos uma presença incômoda e combativa.

Nosso Senhor prometeu que “as portas do inferno não prevalecerão” contra a Igreja (Mt 16,18). Não podemos ser como alguns católicos triunfalistas que se apegam a este versículo para dizerem que tudo está perfeito e que não é preciso lutar, pois a vitória é certa. É certo que a vitória é certa! Contudo, somos convocados nestes dias a “combater o bom combate” e a nos recrutarmos nas fileiras dos soldados de Cristo, dos milites da Santíssima Virgem.

Como disse Nossa Senhora do Bom Sucesso em Quito, “quando tudo parecer perdido, será o início do triunfo da Santa Igreja. O pequeno número de almas que guardarão o tesouro da fé e das virtudes sofrerá um cruel e indizível padecer, a par de um prolongado martírio [...]. Será chegada, então, a hora em que Eu de maneira assombrosa destronarei o soberbo e maldito Satanás, pondo-o abaixo de meus pés e sepultando-o no abismo infernal. Deixarei por fim livres, a Igreja e a pátria, de sua cruel tirania”.

Viva Cristo Rei!
Viva o Imaculado Coração de Maria!
Viva a Santa Igreja Católica!